

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 902.137 SÃO PAULO**

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>RELATOR</b>    | <b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>                      |
| <b>AGTE.(S)</b>   | <b>: TELEFÔNICA BRASIL S/A</b>                     |
| <b>ADV.(A/S)</b>  | <b>: THAÍS DE MELLO LACROUX E OUTRO(A/S)</b>       |
| <b>AGDO.(A/S)</b> | <b>: ANGELA CRISTINA NASCIMENTO ANDRADE</b>        |
| <b>ADV.(A/S)</b>  | <b>: LEANDRO ANDRÉ FRANCISCO LIMA E OUTRO(A/S)</b> |

**EMENTA:** DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AGRAVO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 284/STF.

1. O agravo não atacou o fundamento utilizado pela decisão agravada para negar seguimento ao recurso extraordinário. Nesses casos é inadmissível o recurso, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

## **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR**

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 902.137 SÃO PAULO**

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>RELATOR</b>    | <b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>                      |
| <b>AGTE.(S)</b>   | <b>: TELEFÔNICA BRASIL S/A</b>                     |
| <b>ADV.(A/S)</b>  | <b>: THAÍS DE MELLO LACROUX E OUTRO(A/S)</b>       |
| <b>AGDO.(A/S)</b> | <b>: ANGELA CRISTINA NASCIMENTO ANDRADE</b>        |
| <b>ADV.(A/S)</b>  | <b>: LEANDRO ANDRÉ FRANCISCO LIMA E OUTRO(A/S)</b> |

## RELATÓRIO

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão monocrática que negou seguimento ao recurso, pelos seguintes fundamentos (fls. 225/226):

“Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão da 1ª Turma Cível do Colégio Recursal de Santana/SP.

O agravo não pode ser conhecido. A petição recursal não impugnou os fundamentos da decisão agravada. Veja-se, nesse sentido, a seguinte passagem da ementa do ARE 695.632-AgR/SP, julgado sob a relatoria do Ministro Luiz Fux:

‘[...]’

1. O princípio da dialeticidade recursal impõe ao recorrente o ônus de evidenciar os motivos de fato e de direito suficientes à reforma da decisão objurgada, trazendo à baila novas argumentações capazes de infirmar todos os fundamentos do decisum que se pretende modificar, sob pena de vê-lo mantido por seus próprios fundamentos.

**ARE 902137 AGR / SP**

2. O agravo de instrumento é inadmissível quando a sua fundamentação não impugna especificamente a decisão agravada. Nega-se provimento ao agravo, quando a deficiência na sua fundamentação, ou na do recurso extraordinário, não permitir a exata compreensão da controvérsia. (Súmula 287/STF).

3. Precedentes desta Corte: AI 841.690 AgR, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Dje- 01/08/2011; RE 550.505 AgR, Relator: Min. Gilmar Mender, Dje- 24/02/2011; AI 786.044 AgR, Relatora: Min. Ellen Gracie, Dje- 25/06/2010.

[...]

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, I, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, não conheço do agravo.”

2. A parte agravante reitera as alegações do recurso extraordinário.

3. É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 902.137 SÃO PAULO**

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. O agravo regimental não pode ser provido, tendo em vista que a parte recorrente se limita a repetir as alegações do recurso extraordinário, sem impugnar o fundamento da decisão ora agravada.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que incide a Súmula 284/STF quando o recurso não impugna os fundamentos da decisão agravada.

3. No mesmo sentido e tratando de controvérsia análoga à dos autos, confira-se o seguinte precedente:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - É deficiente a fundamentação do agravo regimental cujas razões não atacam o fundamento da decisão agravada. Incidência da Súmula 284 do STF. Precedentes.

II - Agravo regimental improvido.” (ARE 737.174-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski)

4. Diante do exposto, nego provimento do agravo regimental.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 902.137**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**

AGTE.(S) : TELEFÔNICA BRASIL S/A

ADV.(A/S) : THAÍS DE MELLO LACROUX E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : ANGELA CRISTINA NASCIMENTO ANDRADE

ADV.(A/S) : LEANDRO ANDRÉ FRANCISCO LIMA E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma